

NOVOS PRINCÍPIOS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: ANÁLISE E REFLEXÕES

CUNHA, Marleide dos Santos
marleide.cunha@bol.com.br

FELICIANO, Cynara Keilla Pereira
cykeilla@bol.com.br

MEIRELLES, Cláudia de Souza Cardoso (Orientadora)
**Mestranda em Ciências Sociais – UFRN, Pós-graduada em Metodologia do
Ensino de Língua Portuguesa-FACINTER/PR, graduada em Letras-UCSALIBA**
meirelles.claudia@oi.com.br

RESUMO:

O artigo aborda a temática do ensino da língua portuguesa, analisando o uso dos métodos tradicionais e construtivistas em sala de aula . Expõe uma reflexão sobre as propostas dos PCNs, que apresenta caminhos inovadores, nos quais, a valorização do pensar e da construção do conhecimento, tornam-se sustentáculos para um aprendizado vinculado a língua em ação, por meio do saber a gramática em condição de uso.

Essas idéias conduzirão à formação do leitor, do cidadão e do aluno, que leva para a escola seu conhecimento de mundo. Desse modo, o estudo apresenta realidades e perspectivas do ensino da língua materna, enfatizando o uso dos textos como base na análise da língua em funcionamento.

Palavras-chave: Língua portuguesa, PCNs, Textos.

NOVOS PRINCÍPIOS DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA: ANÁLISE E REFLEXÕES

1- INTRODUÇÃO

Os PCNs, base desse estudo, foram elaborados pelo Governo Federal, e tem uma proposta inovadora e abrangente, pois expressa o empenho em criar novos laços entre o ensino e a sociedade. Expressam idéias “do que se quer ensinar”, “como se quer ensinar”, e “para quem ensinar”. Os PCNs não são uma coleção de regras, mas um pilar para a transformação de objetivos, conteúdos e didática do ensino.

Baseando-se nas idéias contidas nesse documento, e as confrontando com alguns dados coletados em sala de aula, percebemos a necessidade do rompimento da visão tradicional, que considera o ensino da língua materna totalmente vinculado a gramática normativa, com a aplicação de exercícios repetitivos, que enfraquecem a compreensão de que a escola é um espaço também de formação do cidadão, e não apenas o transmissor de conhecimento.

Os novos paradigmas apresentados nesse estudo terão como proposta inovadora, a maneira de ensinar a língua materna nas escolas, baseando-se na produção de textos orais, escritos ou visuais, como ponto de partida para o aprendizado formal da língua, sendo que o ensino não se reduz a regras que o aluno deve decorar, pois esta nova proposta pretende transformar o ensino da língua portuguesa em um aprendizado para toda a vida.

Este artigo apresenta como proposta mostrar como a gramática tem sido ensinada em sala de aula, apresentando reflexões sobre os métodos tradicionais e construtivistas. A proposta metodológica dessa pesquisa, inicialmente, baseia-se em pesquisa bibliográfica com os autores Bagno (1999), Bechara (2004), Carretero(2002), Neves (2005), Possenti (1996)

entre outros, como também com fontes primárias norteadoras das quais se pode destacar os Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa – PCNs.

Utilizou-se de aulas de observação da disciplina Estágio Supervisionado, como forma de apontar traços dos métodos hoje utilizados na escola pública estadual do ensino médio em Aracaju-Sergipe, numa perspectiva de confronto e a análise da proposta dos PCNs.

O ensino da língua materna vem sendo discutido e avaliado por muitos estudiosos da área. Um dos principais pontos de discussão é a forma tradicional, porque não dizer arcaica, que a gramática vem sendo utilizada nas escolas. Considerando as idéias do construtivismo defendida por Piaget e Vygotsky, esse estudo traz uma reflexão apontada nos PCNs, de que, a diversidade de textos e do contato com eles, desfragmenta os conteúdos do ensino da língua portuguesa uma vez que, podem ser abordados de maneira reflexiva e crítica, dando ao aluno a oportunidade do contato com a linguagem oral, escrita e visual, objetivando, além da formação curricular, também a educação do cidadão.

Com isso, a idéia de que o aluno freqüenta os bancos escolares para aprender a ler e escrever passa a ter um novo olhar, no ensino da língua materna, sobretudo, na certeza de que se deve valorizar a produção textual, como forma de percepção do processo do desenvolvimento cognitivo que pode ser visto numa perspectiva do avanço da aprendizagem.

2- REFLEXÕES ACERCA DOS MÉTODOS TRADICIONAIS VERSUS CONSTRUTIVISTAS

Pensar no ensino e na prática pedagógica, requer na atualidade, uma postura reflexiva por parte do professor. O instrumento de trabalho cognominado de aluno, juntamente com os recursos e metodologia selecionados pelo educador, formarão o conjunto preciso, para se gerar um ambiente propício de aprendizagem.

Contudo, o conhecimento pode ser construído de várias maneiras. No método tradicional receber informação e retê-la na memória era fato habitual. O aluno era o objeto da escuta e o professor o transmissor do saber. Práticas de exercícios repetitivos eram a principal forma de conduzir aulas que não contava com a participação e o conhecimento prévio do aluno.

Com o ensino da língua materna não era diferente. Os professores de língua portuguesa ao ensinarem gramática na escola se posicionavam como repetidores da gramática normativa, sendo que eles próprios não dominavam a imensidade de regras.

Para Carretero (2002, pg. 44) é possível realizar um ensino expositivo que leve em conta às idéias prévias dos alunos e que, ao mesmo tempo, possa proporcionar-lhes instrumentos eficazes para a mudança conceitual. Cabe ao professor a responsabilidade de priorizar a liberdade de pensamento e expressão verbal do aluno e não a primazia dos conceitos e do “siga o modelo”, apenas.

No tradicionalismo é através de exposições dos conteúdos, que a metodologia baseia-se no princípio de que é possível para o professor determinar o que os seus alunos devem saber. Para isto, a matéria a ser transmitida é analisada e dividida em unidades, logo após são transmitidas, não havendo um diálogo com os alunos, importando assim o domínio do conteúdo. A aprendizagem é analisada regularmente através de testes elaborados pelo professor.

Nesse sentido, observa-se o quanto o método tradicional apenas pode originar vários problemas entre eles: a insistência na imitação, obediência, repetição e controle muito freqüentes, limitando a capacidade do aluno. Além do que nas aulas tradicionais, os alunos esforçam-se para assimilar a matéria dada pelo professor e tentam ao mesmo tempo calcular o que o professor espera que eles saibam, atribuindo enquanto aprendem.

Esta concentração predominante nos testes e a conseqüência de muitas atividades, está fora do contato com a realidade, podendo resultar em situações em que o aluno aprende apenas seletivamente e logo esquecendo, o conhecimento adquirido ou tem dificuldade em aplicá-lo em novas situações.

Contudo afirma Carretero (2002, pg. 45) que:

“via de regra, pela posição construtivista, criticou-se enormemente os exercícios repetitivos correntes de significado para o aluno (...) a repetição de uma série de conceitos não tem que ser, necessariamente, negativa. Em todo caso, cremos que seja essencial para consolidar determinados conhecimentos.

Partindo do pressuposto das idéias de Piaget na qual o que uma criança pode aprender está determinado pelo seu nível de desenvolvimento cognitivo, Vygotsky pensa que é este último que está condicionado pela aprendizagem. Pode-se perceber que o conhecimento adquirido anteriormente contribui para o bom desenvolvimento da fase atual, tanto quanto a aprendizagem recente pode por si só, ser adquirida com sucesso, considerando as condições a que estão sendo ofertadas no momento em que ela ocorre.

Essas idéias, a seu conteúdo, podem ser atribuídas em sala de aula para que no momento do aprendizado seja observada tanto a visão de mundo do aluno, quanto os conhecimentos anteriormente adquiridos, como também, a eficiência da metodologia, e recursos escolhidos para que se atinja o efeito do aprender.

Assim, o professor de Língua Portuguesa tem a responsabilidade de levar ao aluno dados novos para que o aluno construa o conhecimento não ensinando a decorar a gramática, mas a conviver com seu conteúdo, sendo que essa será uma ferramenta para auxiliá-lo a ter uma linguagem reflexiva.

Nesse contexto, ressalta-se que foram muitas as críticas a teoria de Piaget nas últimas décadas, sendo de natureza psicológica, enquanto outras se referem a questões educativas.

Porém sua teoria continua oferecendo, na atualidade, a visão mais completa de desenvolvimento cognitivo, tanto pela grande quantidade de aspectos que aborda (desenvolvimento cognitivo desde o nascimento até a idade adulta), desenvolvimento moral, noções sociais, lógicas matemáticas, etc.

Embora a teoria de Piaget tenha recebido muitas críticas, tanto de natureza psicológica quanto ao que se refere a questões educativas, às primeiras, permanecem apresentando a idéia mais completa de desenvolvimento cognitivo, pois não só abrange aspectos sobre desenvolvimento cognitivo desde o nascimento até a idade adulta, desenvolvimento moral, noções sociais, lógicas, matemáticas, etc. Mas também pelos resultados positivos de pesquisas que nela se apoiaram, sejam para concordar ou confrontar idéias.

É reconhecido em Carretero (2002) que Piaget do ponto de vista educativo, dá ênfase nos estágios fez com que se considerasse o professor mais como um espectador do desenvolvimento autônomo de conceitos do que como um agente que pode intervir ativamente na assimilação de conhecimento. Com isso, cabe ao professor propiciar condições de aprendizagem, apontando caminhos, reconhecendo que o indivíduo é capaz de perceber e descobrir o conhecimento.

Com base nas idéias piagetianas, ficou comprovado que a construção do conhecimento está fundamentado em vários processos entre eles o de assimilação e acomodação e o resultado dos dois gera a equilíbrio. Na assimilação acontece a recepção da informação, ligando-a as já existentes. Já na acomodação há a troca da anterior pela nova. Elas interagem entre si, podendo passar para junção, onde ocorre o equilíbrio entre as divergências que podem ocorrer entre os dados novos que nos apropriamos e os que já tínhamos.

Na escola o aluno e o professor precisam lidar com um certo número de conteúdos em determinado tempo, vindo assim a cumprir prazos que estão incorporados ao planejamento.

No caso da língua materna é cabível lembrar que o aluno não chega na escola sem um conhecimento prévio da língua, pois isso já ocorre no seio familiar a medida que a criança passa pelas faixas-etárias e vai tendo a possibilidade de descobrir o mundo por meio do convívio com as pessoas e com as coisas, inclusive ao que concerne a fala e linguagem.

No método tradicionalista a maior preocupação está em transmitir o conhecimento que a primeira vista deve se tornar cumulativo ao longo dos anos. No entanto, vale refletir que determinados conteúdos principalmente os da gramática normativa, começam a serem estudados muito previamente já nos primeiros novos conteúdos a medida que se avançam as séries.

Porém, quando esse estudante percebe-se atento pode ver que o que está acontecendo com ele nas séries que se seguem, é adquirir conteúdos que venham a esclarecer, por exemplo: por que acentuam-se as palavras oxítonas tônicas terminadas em *a, e, o, em* e *ens*, quando anteriormente apenas foi-lhe dito que aquela palavra era escrita daquele jeito. São informações que apenas com o raciocínio lógico o aluno já poderia notar se lhe fossem dados textos escritos, nos quais ele pudesse perceber a morfologia das palavras sem ter que necessariamente decorar regras.

O método construtivista, muito bem defendido por Piaget e Vygotsky, traz sua contribuição à educação, considerando principalmente que o aluno é capaz de aprender sem que tudo lhe seja ensinado, mas valorizar suas próprias descobertas.

Cita a teoria de Ausebel, um estudioso da psicologia cognitiva “que a transmissão do conhecimento por parte do professor também pode ser um método adequado e eficaz de produzir aprendizagem, sempre e quando leve em conta os conhecimentos prévios do aluno e sua capacidade de compreensão” (apud CARRETERO, 2002, pg. 17).

As regras tornam o aprendizado condicionado a "guardar na memória" ou seja decorar, e isso está ligado basicamente aos exercícios repetitivos que podem comprometer a criatividade do aluno, pois esse fica exposto a um aprendizado modelo, quando na verdade o próprio ser humano é diferente um do outro, têm experiências diversas, e o momento da aula pode se tornar enriquecedor para alunos e professores se forem trabalhados a interação social, o diálogo, as trocas de idéias e explorar a participação do aluno que já vem para a sala de aula com seu próprio conhecimento de mundo.

A valorização do pensar deve ser respeitada no processo de ensino-aprendizagem, pois o aluno carrega em si tanto a capacidade de adquirir o conhecimento, quanto da compreensão, como também, a de gerar experiências novas a partir da estimulação do pensamento.

3- O ENSINO DA GRAMÁTICA SEGUNDO OS PCNs

A discussão sobre o ensino de língua portuguesa nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs , como também nos anos 80, é orientada por fatores de caráter social “externo” à própria disciplina. Devido a mudança do tipo de aluno, os quais, devido ao passar dos anos, são diferentes daqueles que freqüentavam a escola até a década de 60. Esse contexto, envolvem várias questões, como por exemplo a questão social, que predominava a partir da década de 80, pela constatação do fracasso escolar diante do problema de evasão, repetência e analfabetismo.

Por outro lado o ensino da língua portuguesa passa a ser repensado por razões “internas” que orientam a discussão a partir do conhecimento sobre “quem ensina e quem aprende”, sobre, “como se ensina e como se aprende”, também sobre a linguagem e a língua.

Devido a uma série de estudos e debates, como resultado de muito trabalho, o qual contou com a participação de muitos educadores brasileiros, surgem os PCNs no ano de 1998,

com o intuito de trazer uma nova visão do ensino da língua e mostrar novas formas de conduzir o aprendizado do aluno. Segundo ele, o estudo da gramática deve ser uma estratégia para compreensão, interpretação e produção de textos. Percebe-se que essas novas abordagens para o ensino da língua portuguesa têm surgido, trazendo novos enfoques e métodos de ensino, que são apresentados aos professores através de programas de formação contínua. Já os alunos do curso de licenciatura em Letras, têm tomado conhecimento desses métodos em sua formação inicial. Esses novos métodos seguem as sugestões dos PCNs, o qual trazem novas formas de se trabalhar a língua portuguesa.

Os PCNs não têm a intenção de indicar um único caminho a ser seguido pelos profissionais, e sim propor uma maneira objetiva, formas de atuação que proporcionarão desenvolvimentos de todos os alunos e não só os mais capacitados. Ele mostra que o professor deve incentivar o aluno a expressar-se verbalmente e também a conhecer as linguagens utilizadas em outros meios sociais, diferentes do seu. Dessa maneira os professores da gramática, a leitura, de forma que o aluno a interiorize e saiba usá-la sem necessariamente precisar decorar nenhuma regra. Nesse sentido, alguns professores têm sido incentivados a mudar as práticas pedagógicas, utilizadas, que são muitas vezes baseadas no ensino da gramática normativa.

Identifica-se que os PCNs de língua portuguesa para o ensino fundamental, dividem-se em duas partes: Na 1ª e na 2ª partes discutem questões sobre a natureza da linguagem, o ensino dessa disciplina, os problemas do ensino da língua a relação do texto oral e escrito com a língua. No terceiro e quarto ciclos percebe-se os objetivos e conteúdos dessas fases divididos em práticas de escrita de textos orais e escritos trabalhando o exercício do diálogo.

Na primeira parte, a língua portuguesa é apresentada como área de mudança, no que diz respeito ao ensino, pois tem se passado do excesso de regras e tradicionalismo das escolas para um questionamento de regras e comportamentos da fala:

O uso do texto como expediente para ensinar valores morais, como pretexto para o tratamento de aspectos gramaticais. O ensino descontextualizado da metalinguagem, normalmente associado a exercícios mecânicos de identificação de fragmento lingüístico de frases soltas. (PCNs de Língua Portuguesa, 1998, pg.8)

Para que a perspectiva de ensino de língua seja produtiva é necessário que: “Toda educação comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para o aluno desenvolver sua competência discursiva”. (PCNs de Língua Portuguesa, 1998, pg.23)

Na segunda parte do terceiro e quarto ciclo verifica-se como são apresentadas as diferentes práticas de trabalho com a linguagem, sendo que o objetivo é desenvolver no aluno:

O domínio de expressão oral e escritas em situações de uso público da linguagem, levando em conta a situação de produção social e material do texto (lugar social do locutor em relação ao (s) destinatário (s) e seu lugar formais do próprio texto ou em orientações oferecidas pelo professor. (PCNs da Língua Portuguesa, 1998, p.49-50)

No que diz respeito à prática de análise lingüística, afirma-se nos PCNs que esse não é um novo nome para o ensino da gramática, e sim uma maneira de perceber fenômenos lingüísticos e relaciona aos textos:

Quando se toma o texto como unidade de ensino, os aspectos a serem tematizados não se referem somente à dimensão gramatical. Há conteúdos relacionados às dimensões pragmáticas e semântica de linguagem, que por serem inerentes à própria atividade discursiva, precisam, na escola, ser tratados de maneira articulada e simultânea no desenvolvimento das práticas de produção e recepção de textos. (PCNs da Língua Portuguesa, 1998, pg.78)

Em relação ao que se espera do aluno através da mediação do professor é que:

(...) seja receptivo a textos que rompam com seu universo de expectativas, por meio de leituras desafiadoras apoiando-se em marcas social; finalidade ou intenção do autor; tempo e lugar material da produção e suporte e selecionar, a partir disso, os gêneros adequados para a produção do texto, operando sobre as dimensões pragmáticas, semântica e gramatical. (PCNs da Língua Portuguesa, 1998, pg.49)

Sendo assim, a prática de escuta de textos orais, leitura de textos escritos e a prática de análise, formariam a base do ensino da língua portuguesa. Os conteúdos são os textos, acontecendo da seguinte forma:

Os principais organizadores dos conteúdos de língua portuguesa (USO – REFLEXÃO = USD), além de orientarem a relação dos aspectos a serem abordados, definem, também a linha geral de tratamento que tais conteúdos receberão, pois caracterizam um movimento metodológico de AÇÃO → REFLEXÃO → AÇÃO que incorpora a reflexão às atividades lingüísticas do aluno, de tal forma que ele venha a ampliar sua competência discursiva para as práticas de escrita, leitura e produção de textos. (PCNs da Língua Portuguesa, 1998, p.65)

Ensinar gramática deve ser um ato prazeroso e inovador nas atividades de sala de aula. Os PCNs trazem de forma reflexiva, caminhos que conduzirão a formação do leitor, do cidadão, do aluno que leva para a escola seu conhecimento de mundo, tudo isso imbuído na língua em ação por meio do saber a gramática em condição de uso.

Com isso, um dos passos que deve ser dado pelo aluno é compreender o que lê. É por meio da diversidade de textos que a prática da leitura apresentará a percepção do conteúdo, da forma, distinguindo os textos no gênero, características do autor, tempo, condições de produção, etc.

Nesse contexto cita os PCNs:

	LINGUAGEM ORAL	LINGUAGEM ESCRITA
LITERÁRIOS	CORDEL, CAUSOS E SIMILARES TEXTO DRAMÁTICO CANÇÃO	CONTO NOVELA ROMANCE CRÔNICA POEMA TEXTO DRAMÁTICO
IMPrensa	COMENTÁRIO RADIOFÔNICO ENTREVISTA DEBATE DEPOIMENTO	NOTÍCIA EDITORIAL ARTIGO REPORTAGEM CARTA DO LEITOR ENTREVISTA CHARGE E TIRA
DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA	EXPOSIÇÃO SEMINÁRIO DEBATE PALESTRA	VERBETE ENCICLOPÉDICO (NOTA/ARTIGO) RELATÓRIO DE EXPERIÊNCIAS DIDÁTICO (TEXTOS, ENUNCIADOS DE QUESTÕES) ARTIGO
PUBLICIDADE	PROPAGANDA	PROPAGANDA

Quadro 1: Gêneros privilegiados para a Prática de escuta e leitura de textos

Fonte: Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998 (Apud BRITO; MATTOS; PISCIOTTA, 2003)

A tipologia textual apontada nos PCNs, apresenta caminhos adequados para dar ao aluno a competência dialógica, o pensamento crítico e a riqueza de detalhes oral e visual, possibilitando questionamentos e proporcionando situações em que o aluno poderá usar a crítica como ponto de partida para a construção do conhecimento. A interação com as idéias do texto, examinando detidamente suas características, a linguagem empregada e a distinção dos textos, culmina numa nova forma de ensinar a língua materna na escola.

A concepção do ensino de gramática, tradicionalmente aplicada nas escolas por meio dos exercícios repetitivos, toma um novo olhar a partir dos PCNs. Perini (2004, pg. 27) diz que "concorda-se, geralmente, que o grande objetivo do ensino de língua portuguesa, é levar

os alunos a ler e escrever razoavelmente bem" Esse conhecimento sobre a língua e suas regras, se torna mecânico, se tiver como fim apenas a execução dos exercícios e as avaliações, que normalmente são aplicados como forma de se verificar os erros e os acertos.

Contudo, "felizmente, são já numerosos os trabalhos que mostram a clara importância da interação social como favorecedora dos processos de aprendizagem." (CARRETERO, 2002, pag.45). Essa inovadora forma de ministrar aulas, oferece a oportunidade da discussão e a permuta de opiniões, corroborando com o desenvolvimento social do aluno, que estará pondo em movimento a língua, por meio do simples uso da linguagem oral, visual ou escrita, e não apenas está no ambiente da sala de aula, para executar tarefas ou cumprir o conteúdo programático da disciplina, por meio do simples uso do livro didático.

Ainda quanto ao uso de textos no ensino da língua materna Bechara (2004) afirma que:

Ao entrar no mundo maravilhoso das informações que veiculam textos literários e não literários, modernos e antigos, terá o professor de língua-materna a ocasião propícia para abrir os limites de uma educação lingüística. Compete-lhe primeiro ministrar aos seus alunos conteúdos capazes de levá-los à compreensão do mundo que os cerca, nos mais variados campos do saber. (BECHARA, 2004, pg. 24).

No que diz respeito à formação, Bechara (2004, pg. 27) registra a preocupação de que como em todas as ciências, o valor humano da gramática, antes de ser didático e normativo é formativo. Com isso, o ensino da língua materna, engloba uma nova forma de ministrar aula, considerando que os textos têm papel de contribuir para a formação do cidadão, e não apenas uma atividade em si. Contudo, é necessário o professor escolher textos compatíveis com a realidade que vivem os alunos e observando sua faixa etária, de modo a proporcionar situações reflexivas, construtivas e discursivas.

4- REALIDADES E PERSPECTIVAS DO ENSINO DA LÍNGUA MATERNA

Uma das propostas apresentadas nesse estudo, tem como base a realidade do ensino da gramática nas escolas, baseado no período de observação do estágio supervisionado do Curso de Letras Português da Universidade Tiradentes.

O uso da gramática normativa em escolas públicas, vem sendo um dos principais pontos de reflexão da construção desse estudo. O que se encontrou na prática, foram aulas tradicionais, fundamentadas na proposta tradicionalista dos chamados exercícios repetitivos, como também o uso do livro didático como único recurso em sala de aula, acompanhado do giz e do quadro.

Mesmo diante das novas propostas citadas nos PCNs, as escolas tradicionais insistem em permanecer com os métodos do passado. Hoje, as escolas recebem uma clientela de alunos que convivem na era digital, faz uso da internet, conhece a praticidade dos meios de comunicação e a forma rápida com que as informações chegam até nós, contudo, a escola, e principalmente o contexto da sala de aula, nem sempre vem acompanhando os avanços que a humanidade está inserida.

Sabe-se que o aluno não chega à escola sem um conhecimento de mundo, pois a língua a qual pertence, é utilizada desde a infância. Com isso, há uma gramática internalizada que diz o quanto esse indivíduo é capaz de entender e ser entendido sem sequer frequentar os bancos escolares. No entanto, é no convívio com a escola, que o estudante poderá interagir com outros colegas e participar da sociedade de maneira construtiva, desenvolvendo-se também intelectualmente.

Por conseguinte, constatamos que através do livro: “Por que (não) ensinar gramática na escola”; Sírio Possenti nos leva a uma reflexão, sobre a prática de ensino da Língua

Portuguesa, colocando desde o papel da escola, até como trabalhar em sala de aula a partir da produção do aluno,

Talvez deva repetir que adotassem qualquer dúvida o princípio (quase evidente) de que o objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido. Qualquer outra hipótese é um equívoco político e pedagógico. A tese de que não se deve ensinar ou exigir. O domínio do dialeto padrão dos alunos que conhecem e usam dialetos não padrões baseia-se em parte no preconceito segundo o qual seria difícil aprender o padrão. Isto é falso, tanto do ponto de vista da capacidade dos falantes quanto do grau de complexidade de um dialeto padrão. (POSSENTI, 2007, p.17)

Sírio explica que há um equívoco em não se perceber que menos com o domínio de outra forma de falar e escrever, desde que se aceite o que é mais evidente hoje; que a mesma língua possa servir para mais de uma função. Porém o que se percebe por causa de outro equívoco de natureza cognitiva, é que há uma crença em cada falante ou cada grupo de falantes, só pode aprender a falar um dialeto. Dessa maneira supõe-se que os grupos populares só falam formas populares e que são totalmente diferentes das formas empregadas pelos grupos dominantes.

Existe também outra questão de que o aprendizado de uma língua é uma tarefa difícil para alguns grupos. No entanto, sabemos que qualquer pessoa, principalmente se for criança, aprende com extrema facilidade, outras formas de falar, desde que colocadas de forma clara para elas. Desse modo, não há razão alguma para não se ensinar o dialeto padrão na escola. O que não deve ocorrer segundo Possenti (2007) é a ênfase à prescrição, tal que é praticada pelas gramáticas escolares.

Começamos pelo óbvio: se não para ensinar gramática, pelo menos para defender tal ensino, é preciso - ou parece decente que assim seja - saber o que é gramática. Acontece que a noção de gramática é controvertida da; nem todos os que se dedicam ao estudo desse aspecto das línguas a definem da mesma maneira. (POSSENTI, 2007, pg. 63).

Na realidade, observamos que o ensino da gramática nas escolas, tem acontecido nos dias de hoje de forma tradicional, as aulas de português, tem sido sinônimo de aula de gramática. É sempre comum ouvirmos de um aluno, não importa o grau, a série, que eles não gostam de português.

Na verdade, o que esse aluno não gosta é da maneira como lhe é passado o conteúdo da matéria português, a qual é transmitida através de regras, exercícios descontextualizados de uma estrutura que ele só vê nos livros, nunca no seu dia-a-dia.

De um lado, há obrigatoriedade da disciplina e o programa estabelecido a ser cumprido. O que percebemos são livros didáticos preparados para serem consumidos, sem que se tenha uma visão crítica do que se aplica. Do outro lado, há o aluno encarando a Língua Portuguesa como aquela teoria cheia de regras. No final do curso os alunos saem sem se lembrar das regras, sem saber como aplicá-las e não suportando o português.

Sabe-se que o papel da escola é criar condições para que os alunos aprendam também às variedades que não conhecem. Dessa maneira devemos fazer uma reflexão dos três tipos de gramática de que se pode trabalhar na escola: a gramática internalizada (o que o aluno já conhecem, a gramática descritiva (observações de ocorrência) e a gramática normativa (regra que devem ser seguidas (POSSENTI, 2007, pg.63-72)

Sendo assim, mediante essas perspectivas do ensino da gramática surgiu uma pergunta: Que gramática estudar na escola? Neves (2006) responde em seu livro cujo título é esse, e tenta explicar a questão, através de pesquisas e estudos feitos pela autora. Assim, aponta de início a natureza da disciplina gramática-visão histórica. Neves considera o termo gramática normativa "não reflete a verdade das coisas", porque não apresenta explicitamente marcas injustas da linguagem, ou seja, não diz explicitamente "faça isto" ou não use isto".

"O primeiro grande problema é que, sem discussão (até nos trabalhos acadêmicos), a gramática tradicional é simplesmente chamada de gramática normativa, coisa que pode parecer estranho ao desavisado - não reflete a verdade das coisas". (NEVES, 2005, p.29)

Para Neves o desenvolvimento da lingüística fez com que a variação lingüística fosse reconhecida pelos verdadeiros gramáticos comum um fenômeno natural, da essência da linguagem. Porém a lingüística vem caindo no vazio da disciplina gramatical, ou seja:

Estamos longe de ver o cidadão comum e o professor reconhecendo que a variação lingüística é nada mais que a manifestação evidente da essência e da natureza da linguagem, reconhecendo que há um padrão valorizado, sim, mas que o uso do padrão prestigiado não constitui em si, e intrinsecamente, um uso de boa linguagem, e que essa avaliação só ocorre pelo viés, sociocultural, condicionado pelo viés socioeconômico. (NEVES, 2006)

Vive-se numa realidade na qual “a educação ainda é considerada privilégio para alguns em nosso país, uma quantidade gigantesca de brasileiros permanece à margem do domínio de uma norma culta” (BAGNO, 1999, pg. 16). Esse contexto educacional contribui para que a escola oferte um ensino pautado no tradicionalismo, pois para os profissionais da educação é difícil se deparar com alunos que não conseguem ler e escrever, o que seria o básico do ensino da língua materna. Essa verdade torna-se impactante, vindo a trazer reflexões necessárias a partir do uso dos textos apontados nos PCNs como forma de desfragmentar os conteúdos programáticos do português. Essas discussões nos remetem ainda ao uso do texto e produção desse, como fonte de aprendizado eficaz, considerando a diversidade textual que pode ser apresentada ao aluno, incluindo as diferentes formas do uso da linguagem.

Para Neves (2005, pg. 50) "a unidade básica na análise da língua em funcionamento é o texto, cabe considerar a natureza dessa unidade que determinará a postura de análise e as bases de operacionalização". Nesse sentido, pode-se citar como base de reflexão do uso do

texto, como objeto de análise, as aulas do estágio supervisionado do curso de Letras, nas quais se pode perceber o quanto a metodologia aplicada pela professora de língua portuguesa, apresentou a desvinculação da gramática com a empregabilidade dos textos.

A realidade mostrou que se os alunos estão na escola, ainda aprendendo gramática normativa a base dos conceitos e exercícios de fixação. Observou-se a necessidade da formação continuada do professor para que se tenha um ensino pautado nas novas perspectivas do ensino da língua materna.

É necessário que o professor acompanhe as pesquisas em sua área lingüística e busque pesquisar também, estando atento aos estudos que vem sendo desenvolvido em língua portuguesa. A atualização do docente implica num ensino condizente com o tempo atual.

Esse novo olhar, também abrange alguns aspectos citados por NEVES (2005) em pesquisas com professores que citou aspectos relevantes como:

a) Os professores: 1) ganham mal; 2) trabalham muito (em geral, dois períodos em sala de aula); 3) trabalham em mais de uma escola; 4) não têm tempo de estudar, de ler, nem de exercer alguma atividade cultural; 5) não se consideram respeitados nem pelo governo nem pela sociedade nem pelos alunos. b) Os alunos: 1) têm problemas de comportamento; 2) são desatentos e dispersivos; 3) não têm dedicação aos estudos; 4) não valorizam a oportunidade de aprender em sala de aula. c) A instituição: 1) perde-se na burocracia; 2) não tem papel aglutinador ou orientador; 3) não valoriza o professor; 4) não oferece condições para uma continuidade de trabalho, favorecendo a fragmentação dos programas”. (NEVES, 2005, pg. 31).

A realidade escolar das escolas nas quais se realizaram os estágios supervisionados do ensino em Aracaju-Sergipe se equipara a esses dados, pois, todos esses itens acabam refletindo numa proposta ensino aprendizagem ofertada, principalmente nas escolas públicas. O problema da educação é geral, e nossos alunos vivenciam uma realidade que é a encontrada nas escolas brasileiras.

É necessário que haja investimento na educação, professores recebendo formação continuada, alunos acolhendo o novo na escola e principalmente, considerar que o ensino da

língua materna sofre ao longo dos anos o processo de modificação, o que vem a contribuir com novas pesquisas que trazem novas perspectivas e possíveis avanços científicos na área.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ensinar a língua materna na escola vem se tornando um desafio no século XXI. Mediante os pensamentos de estudiosos na área e das reflexões apresentadas nos PCNs, esse estudo evidencia o quanto a metodologia aplicada em sala de aula, pode gerar novos laços entre o ensino e a sociedade.

O momento da aula passa a se tornar enriquecedor se forem valorizados os conhecimentos prévios dos alunos, tendo a certeza de que o professor não está indo para sua sala de aula levar apenas um conteúdo novo, e cumprir o programa curricular da disciplina, mas principalmente colher as possíveis visões que os alunos trazem sobre o assunto a ser abordado, considerar o conhecimento anterior e possibilitar a troca de informações entre alunos e professor.

Para o construtivismo é possível haver a construção do saber a partir da visão de mundo do aluno, e do nível de desenvolvimento cognitivo, tanto quanto considerar também as condições de aprendizagem, que pode garantir o pleno sucesso da aquisição do conhecimento. A forma tradicional valoriza os exercícios repetitivos e o ensino das regras por meio da gramática normativa. Essa prática é redirecionada nos PCNs, quando apresenta o uso do texto como forma de desfragmentar os conteúdos programáticos, contextualizando e dando a oportunidade de um ensino discursivo, reflexivo e crítico e não mais decorando conteúdos com aulas descontextualizadas numa estrutura apresentada apenas com o uso de livros didáticos que muitas vezes expõem histórias e narrativas longe do dia-a-dia do aluno.

A diversidade de textos apresentadas nos PCNs como forma de escuta e leitura contribui também para ampliar a competência discursiva e a produção textual, fato que modifica o momento da aula e proporciona um aprendizado pautado na construção do conhecimento e na visão de mundo do aluno, sem desconsiderar o saber já adquirido anteriormente. Com isso, a escola tem como meta, ensinar o português padrão e proporcionar condições para que ele seja aprendido. Esse objetivo torna-se fundamental para que o professor se utilize de meios atrativos para ofertar um aprendizado interessante e inovador mesmo diante dos desafios que a educação brasileira enfrenta.

Vive-se num país em que o número de analfabetos é surpreendente. Pessoas que ao falar sua língua materna utilizam-se de mecanismos de praxe, que tornam a fala associada a valores culturais, sócio-econômico ou de determinados grupos e situações. Há falantes que usam dialetos não-padrões, mas nem por isso deixaram de ser entendidos, pois a convivência com outras pessoas que falam a mesma língua lhe proporciona condições de ser compreendido e entender o que se fala, ou seja, existe há a comunicação.

Porém, é na escola onde o indivíduo terá a oportunidade do convívio social e da troca de experiências com pessoas que pensam diferentes ou iguais a ele, e nesse contexto, deve ser considerada a excelente oportunidade do contato com o conhecimento formal da língua, que não só estará sendo apresentado pela pessoa do professor, mas também na aproximação com o meio educacional da escola.

Os novos paradigmas apresentados nesse estudo tratam a língua materna num contexto vinculado a realidade do aluno, pois aprender a língua culta pode ser tão simples quanto conviver com seu uso, numa gramática contextualizada, apresentada com leveza dentro das condições de aprendizagem do aluno e considerando a proposta dos PCNs de Língua Portuguesa.

Ao que concerne às tarefas do professor, vale ressaltar que a sintonia com temas atuais e com o pensamento de pesquisadores na área da língua materna é de fundamental importância para que seja apresentado um ensino em conjunto com a realidade científica e discursiva do momento, não ficando em defasagem em relação a outros estados brasileiros que podem estar mais avançados em pesquisa e atualizações na área. Por isso, é importante que o professor também seja um pesquisador da sua área de atuação, sobretudo levando para sua sala de aula temas atuais e cotidianos, que estejam próximos da realidade dos alunos.

Portanto, o ensino da língua materna é competência do professor de língua portuguesa, contudo, deve-se dar a esse profissional as condições mínimas necessárias para que ele exerça suas atividades em sala de aula. A escola é a principal responsável pelo conhecimento formal, à medida que acolhe o aluno e se apropria de situações favoráveis para o crescimento e desenvolvimento intelectual de seus estudantes. E dentro dessa totalidade, ensinar a língua materna levando em consideração as propostas dos PCNs, passa a ser tão prazeroso quanto o ato de estudar e o de estar na escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola. 1999.

BECHARA, Evanildo. **Ensino da gramática**. Opressão? Liberdade? São Paulo: Editora Ática. 2004

BRITO, Eliana Vianna(org); MATTOS, MATTOS, José Miguel de; PISCIOTTA, Harumi. **PCNs de Língua Portuguesa**: a prática em sala de aula. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

CARRETERO, Mário. **Construtivismo e educação**. 2.ed. ver. aum. – Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática na escola**. 8.ed. – São Paulo: Contexto, 2005. (Repensando a Língua Portuguesa)

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática ensinar na escola?**: norma e uso na língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2006. 174p.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN): Língua Portuguesa. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Ministério da Educação e do desporto. Secretaria de Educação fundamental. Brasília, 1998.

PERINI, Mário. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática. 2004.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras. Associação de Leituras do Brasil. 1996. (Coleção Leituras no Brasil).